

10

# ANAIS LEIRIENSES

estudos & documentos



**ANAIS LEIRIENSES**

estudos & documentos

**10**

SETEMBRO DE 2021

 Hora de ler



**Título: ANAIS LEIRIENSES – estudos & documentos – 10**

**Editor:** Carlos Fernandes

**Coordenador Científico:** Saul António Gomes  
(Professor Associado com Agregação do Departamento de História, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra)

**Conselho Consultivo:** Cristina Nobre, Isabel Xavier, J. Pedro Tavares, João Bonifácio Serra, João Pedro Bernardes, Luciano Coelho Cristino, Mário Rui Simões Rodrigues, Pedro Redol e Ricardo Charters d’Azevedo

**Concepção e arranjo da capa:** Gonçalo Fernandes

**Colecção:** ANAIS LEIRIENSES – 10

 **Hora de ler**

© Hora de Ler, Unipessoal Lda.

Urbanização Vale da Cabrita  
Rua Dr. Arnaldo Cardoso e Cunha, 37 - r/c Esq.  
2410-270 LEIRIA - PORTUGAL  
e-mail: horadelercf@gmail.com  
Telef.: 244212003 - Tlm: 966739440

Facebook: [https://www.facebook.com/Hora-de-Ler-2263586547021316/?modal=admin\\_todo\\_tour](https://www.facebook.com/Hora-de-Ler-2263586547021316/?modal=admin_todo_tour)

Revisão e coordenação editorial: Hora de ler  
Montagem e concepção gráfica: Hora de ler  
Impressão: Artipol - [www.artipol.net](http://www.artipol.net)

**1.ª edição: Setembro 2021**

Edição 1089/21  
Depósito Legal: 454238/19  
ISSN: 2184-4135

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.

## **"A Abóbada (1401)", de Alexandre Herculano: antecedentes e recepção, crítica histórica e ironia**

**Pedro Redol\***

A narrativa que, a seguir, analisaremos, assumida como lenda pelo seu autor, celebrou-se a ponto de, por um lado, ganhar foros de fidedignidade histórica, junto do grande público nacional, e, por outro lado, influenciar a própria historiografia da arquitetura gótica portuguesa. Começaremos por reconstituir a história da lenda da abóbada e acompanhar a sua fortuna, transmissão e enriquecimento sucessivo, até à obra de Alexandre Herculano. De seguida, procederemos ao escrutínio desta narrativa, no intuito de chegar ao sentido fino de autenticidade, ironia e ficção do seu criador. Num próximo número destes *gratos Anais leirienses*, esperamos vir a tratar a sub-reptícia influência exercida pela "A abóbada" na historiografia da arquitetura tardo-gótica portuguesa, que, durante muitas décadas, hesitou em entender o seu objeto de estudo como fruto da circulação de artistas, num âmbito muito mais vasto do que aquele que era então definido pelas fronteiras políticas de Portugal.

### **1. Sucesso editorial e fortuna crítica**

O conto "A abóbada (1401)", do romancista, ensaísta e historiador Alexandre Herculano, publicado, pela primeira vez, em vários números da revista *O Panorama*, entre 16 de março e 3 de abril de 1839, foi republicado, no primeiro de dois volumes das suas *Lendas e Narrativas*, por quatro vezes em vida do autor: em 1851, 1858, 1865 e 1877. A popularidade do conto e da coletânea de que passou a fazer parte não diminuíram com o passar do tempo; muito pelo contrário. Entre numerosas outras edições (por exemplo as da

---

\* Técnico superior do Mosteiro de Santa Maria da Vitória.

Imprensa Portugal-Brasil, que em 1936, já iam em 17), mencionemos apenas a mais longeva, a da Bertrand, que, em 1996, perfazia o belo número de 45. Apesar do teor vincadamente nacionalista e xenófobo do seu conteúdo, o interesse pela obra não se extinguiu com a mudança de regime político, em Portugal, em 25 de abril de 1974, nem com a abertura à Europa, nomeadamente a partir do momento em que o país passou a fazer parte da União Europeia, em 1985. Vários foram os seus ilustres editores, prefaciadores e comentadores, dos quais destacamos apenas David Lopes e Vitorino Nemésio. Também foi traduzida, logo em 1883, em castelhano<sup>1</sup>, e, bastante mais recentemente, em checo<sup>2</sup>, polaco<sup>3</sup>, alemão<sup>4</sup>, italiano<sup>5</sup> e francês<sup>6</sup>. Entre 1950 e 1974, deparamos com várias edições de uma coletânea de contos que inclui aquele que aqui nos interessa, destinada inicialmente ao 3.º ano dos liceus e, a partir de 1956, também ao 4.º ano (correspondentes, na ordem da escolaridade atual, respetivamente ao 7.º e 8.º anos)<sup>7</sup>. Do célebre autor de literatura infantil e juvenil Adolfo Simões Müller, cuja obra coincide, na sua maior extensão, com a cronologia do Estado Novo<sup>8</sup>, foram dadas à estampa as *Lendas e narrativas contadas aos jovens*, belamente ilustradas por Carlos Alberto, ainda em 1989, ano da morte do escritor<sup>9</sup>. Na data em que escrevemos, a leitura integral d’"A abóbada" ainda faz parte da seleção literária à escolha dos professores e estudantes da disciplina de Português do 10.º ano de escolarida-

---

<sup>1</sup> HERCULANO, Alexandre – *Leyendas y narraciones*. Trad. Salustiano Rodriguez-Bermejo. Madrid. Imp. Fortanet, 1883.

<sup>2</sup> IDEM – *Cerny biskup a jiné příběhy*. Praha: Torst, 2006.

<sup>3</sup> IDEM – *Legendy i opowieści*. Trad. Barbara Slawomirska. S.l.: Sagittarius, 2006.

<sup>4</sup> IDEM – *Sagen und Erzählungen*. Band I. Ed. Rui Arno Freiherr von Angern. S.l.: Books on Demand, 2014.

<sup>5</sup> IDEM – *La volta*. Trad. Mariateresa Nuzzi. S.l.: Edizioni dell’Urogallo, 2019

<sup>6</sup> IDEM – *Légendes et récits du Portugal*. Trad. Diogo Quintela, Berand Tissier. Paris: Chandeigne, 2019.

<sup>7</sup> *Colectânea de contos escolhidos e de lendas e narrativas de Alexandre Herculano: para o 3.º e 4.º anos dos liceus*. Comp. Manuel Francisco Catarino, Joaquim Simão Portugal. 3.ª ed. Porto: Porto Editora, 1956.

<sup>8</sup> Sobre o seu comprometimento com a Censura, veja-se PINTO, Ricardo Luís Leite – *A Censura e as publicações periódicas infanto-juvenis no Estado Novo: o papel da Comissão Especial para a Literatura Infantil e Juvenil e da Comissão para a Literatura e Espectáculos para Menores (1950-1968)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2019, p. 191 ss.. Tese de doutoramento.

<sup>9</sup> MÜLLER, Adolfo Simões – *Lendas e narrativas contadas aos jovens*. 2 vol.. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1989.

"A Abóbada (1401)", de Alexandre Herculano: antecedentes e recepção, crítica histórica e ironia



"A Abóbada" - adaptação da obra de Alexandre Herculano para banda desenhada por Victor Mesquita e Eduardo Homem no início dos anos 80 do séc. XX, publicada a duas cores no extinto jornal "Kalkitos".

de, em alternativa à leitura parcial de duas outras, de Almeida Garrett e Camilo Castelo Branco. Um outro sinal da longa vida d’“A abóbada”, que, por natureza, é comparável a um palimpsesto, foi a encenação de um texto dramático inacabado de António Patrício que versa a mesma, levada a cabo por Tobias Monteiro, no próprio mosteiro da Batalha, em 2014. Por que razão se mantém vivo o interesse pela lenda tal como Herculano a deixou é uma questão que importará explorar noutro estudo.

Ana Nemi propôs-se abordar a conceção de história patente no conto que aqui nos ocupa<sup>10</sup>, resultando da sua análise, porém, apenas a verificação de ideias comumente aceites pelos estudiosos de Herculano em relação à sua ficção histórica<sup>11</sup>. Por sobejamente reiteradas, abstemo-nos de as voltar a enunciar aqui. Parece-nos que essa análise teria sido mais fecunda, se a autora tivesse atentado nas fontes de que o escritor se serviu, tarefa que empreenderemos, mais adiante, neste artigo. Mais interessante é, sem dúvida, o estudo comparatista de Isabel Alegria sobre este conto face à *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes, e ao *Memorial do convento*, de José Saramago<sup>12</sup>. Uma visão diacrónica tão alargada, motivada pela natureza da formação a que correspondeu a dissertação (Estudos de Língua Portuguesa – Investigação e Ensino; as obras estudadas fazem todas parte do programa da disciplina de Português do 11.º ano), pode assustar o historiador mas não deixa de ser sugestiva tanto pela experimentação metodológica (segundo os conceitos operativos da literatura comparada propostos por Georg Steiner) como pela apreciação, na duração longa, da visão do outro (e, portanto, de si próprio). Na perspetiva de Herculano, uma visão que favorecesse, sem reservas, o estrangeiro (não castelhano, esse já excluído por derrotas sucessivas multisseculares) corresponderia à depreciação das qualidades próprias dos Portugueses. No conto, a dependência de Portugal face a Inglaterra é,

---

<sup>10</sup> NEMI, Ana – Alexandre Herculano e a escrita da história no conto “A Abóbada” [sic], comunicação apresentada ao IX Colóquio Internacional Tradição e Modernidade no Mundo Ibero-Americano, 2012. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/286624412\\_Alexandre\\_Herculano\\_e\\_a\\_escrita\\_da\\_Historia\\_no\\_conto\\_A\\_Aboboda](https://www.researchgate.net/publication/286624412_Alexandre_Herculano_e_a_escrita_da_Historia_no_conto_A_Aboboda) [acedido em 20.08.2020].

<sup>11</sup> Para uma abordagem ao pensamento histórico de Herculano sobre a Idade Média, com interesse para o nosso contexto, ver MARTINS, Pedro Alexandre Guerreiro – *History, nation and politics: the Middle Ages in Modern Portugal (1890-1947)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2016, p. 58-66. Tese de doutoramento.

<sup>12</sup> ALEGRIA, Isabel Maria Reis – *Imaginário histórico e construção identitária em Crónica de D. João I, A abóbada e Memorial do convento: uma perspetiva comparatista*. Lisboa. 2017. Tese de mestrado.



porém, justificação para algumas concessões por parte do nacionalismo<sup>13</sup>. Embora aproximações antropológicas transcendam as nossas competências, não podemos deixar de notar o quão estimulante se mostra o contraste que Isabel Alegria revela na representação coletiva de si como visto pelo hipotético outro, ou seja, apresentando-se como apoucado e mesquinho, no *Memorial do convento*. Talvez se trate de outra face do mesmo fenómeno de alteridade que caracteriza a identidade de um povo. Outro mérito da tese de Isabel Alegria consiste em identificar essa primeira fonte importantíssima da lenda, a *História de S. Domingos*, na parte que coube a Frei Luís de Sousa<sup>14</sup>.

## **2. A lenda da abóbada e a historiografia sobre a Batalha antes d'“A abóbada (1401)”**

O registo mais antigo de uma lenda que relata a queda da abóbada da sala capitular do mosteiro da Batalha contém-se, conforme tivemos já oportunidade de referir, na parte da *História de S. Domingos* cuja redação coube a Frei Luís de Sousa:

*He fama, que ao tempo que se fabricava, cahio duas vezes ao tirar do simples com dano de officiaes, e el-Rei desejando, que todavia ficasse a casa sem o desar de colunas em meio, prometeo mercês ao Arquitecto; as quaes o fizeram espertar de sorte, que tornando-a a fechar afirmou que teria melhor sucesso; porém ao tirar da madeira do simples dizem, que não quis el-Rei arriscar os officiaes, e mandou vir das prisões do Reino alguns homens, que estavam sentenciados a grandes penas, pera que sobre eles cahisse o terceiro dano quando succedesse.*<sup>15</sup>

É possível que o relato tenha por base matéria de facto, uma vez que a abóbada foi fechada tardiamente em relação à data em que deviam estar acabados os muros e a fachada que dá para a galeria nascente do claustro. Por pertencerem à primeira fase de construção do mosteiro, sob a direcção de Afonso Domingues, tinham que estar concluídos em 1406, enquanto a abó-

<sup>13</sup> HERCULANO, Alexandre – Lendas e Narrativas. Lisboa: Livraria Bertrand, 1851. p. 286.

<sup>14</sup> ALEGRIA, Isabel Maria Reis, Op. cit., p. 46.

<sup>15</sup> SOUSA, Frei Luís de – *História de S. Domingos*. I parte, livro VI. Lisboa: 1623; nova edição de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello e Irmão Editores, 1977, p. 648.



bada, em cujas chaves secundárias se exhibe a heráldica de D. Isabel, mulher de D. Afonso V, a par da do rei, não pode ser anterior a 1447, ano estimado para o casamento daqueles monarcas. Dele fazem parte alguns elementos que permanecerão em versões posteriores da lenda: o aluimento durante a remoção dos cimbres; a vontade régia em relação a uma estrutura sem suportes intermédios e o concomitante favorecimento ou enaltecimento do arquiteto, caso fosse bem-sucedido; o recurso a prisioneiros sentenciados a grandes penas para se proceder à remoção dos cimbres, na terceira vez.

O relato de Frei Luís de Sousa pôde ser conhecido de um número mais alargado de leitores, em 1795, quando foi acabada de publicar a obra do arquitecto irlandês James Murphy, *Plans, elevations, sections and views of the church of Batalha*<sup>16</sup>, onde se inclui a tradução daquele relato, repetida em *Travels in Portugal*<sup>17</sup>, que o autor deu a lume no mesmo ano.

A lenda da abóbada perdurou na memória da comunidade conventual até aos seus últimos dias, conforme prova um outro registo que dela fez Julia Pardoe, em *Traits and traditions of Portugal collected during a residence in that country*, obra em dois volumes, publicada em Londres, em 1833, e reeditada em Filadélfia, no ano seguinte:

*The chapter-hall, which you enter by the south-east cloister, is accounted a great curiosity, being very extensive, immensely lofty, and supported only by its outer walls, without a single column or pillar. They have a singular tradition attached to this noble building; twice it was built and roofed-in. and twice, when the scaffolding was removed, the walls gave way, and it became one heap of ruins – but the architect would not be thus foiled in his magnificent undertaking, a third time the walls were raised – the richly groined roof, rising spirally at its centre, once more united them; all the best energies of the spirit which had conceived, and the perseverance which had yet again produced, the work, had been exhausted in the undertaking; and Alphonse Domingues, after having surveyed with mingled pride and dread, the lordly pile which he had reared, swore if a third time his skill had failed, he would not survive the disgrace, but would find his grave*

---

<sup>16</sup> MURPHY, James - *Plans, elevations, sections and views of the church of Batalha*. London: printed for I. & J. Taylor, High Holborn, 1795, p. 45-46.

<sup>17</sup> IDEM – *Travels in Portugal*. London: Successors to Mr. Cadell, 1795, p. 36-37.

*among its ruins. In vain was he dissuaded from what was universally considered an act of voluntary self-immolation; he walked calmly to the centre of the hall – he issued his orders with an unfaltering voice – portion by portion, he saw the mighty beams, which stood perhaps between him and a painful and revolting death, removed by his reluctant assistants – at length the last prop was drawn away – and many covered their eyes with their hands to shut out the miserable spectacle – but there was no necessity for the precaution – the architect stood unharmed and secure – his mighty work was above and around him – vast, magnificent, and wonderful! A memorial of his undying genius!*

*It is asserted that King John was so charmed by the high spirit and heroic daring of Domingues, that he commanded him to place within the hall some commemoration to the deed: with a modesty equaled only by his genius, the architect obeyed; and a small figure, not exceeding a foot in length, is seen in the act of supporting a portion of the edifice, where the roof touches on the north-wall – it is a representation of Alphonse Domingues!<sup>18</sup>*

Julia Pardoe visitou o mosteiro da Batalha, pela primeira vez, em Março de 1827, ali voltando várias vezes ao longo desse ano, enquanto residiu em Leiria<sup>19</sup>. As informações que recolheu resultaram do que lhe foi dado ver e de elementos fornecidos pelos religiosos que a receberam. Na versão apresentada, a escritora substituiu o episódio final reservado aos prisioneiros pelo ato heroico do arquiteto – que se coloca sob a abóbada durante a remoção dos cimbres –, nomeando-o e identificando-o com a representação do mestre-de-obras existente numa mísula. A referência a Afonso Domingues é profundamente significativa e mostra que a comunidade conventual estava a par dos avanços historiográficos sobre o edifício. De facto, nesse mesmo ano, foi publicada, pela Academia Real das Ciências, a *Memoria historica sobre as*

---

<sup>18</sup> PARDOE, Julia - *Traits and traditions of Portugal collected during a residence in that country*. Vol. I. London: Saunders & Otley, 1833, p.. 62-64.

<sup>19</sup> Sobre Julia Pardoe e as circunstâncias da sua estadia em Portugal e das visitas à Batalha, ver: ALVES, Maria Luísa Fernandez – *O Portugal de Julia Pardoe. Uma visão romântica e feminina*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos Comparados de Línguas e Literaturas Modernas, 1989, p. 55 e ss.; REDOL, Pedro – Julia Pardoe, uma inglesa no Mosteiro da Batalha em 1827. *Cadernos de estudos leirienses*, n.º 6 (Dez. 2015), p. 211-226.

*obras do real mosteiro de Santa Maria da Victoria*, de Frei Francisco de S. Luís. Trata-se da primeira investigação sobre a história da construção do edifício, realizada durante a primeira reclusão do autor no mosteiro da Batalha, logo a seguir ao regresso de D. João VI a Portugal, em Abril de 1823. Ali teve ocasião de ler numerosos documentos do cartório, que transitariam para a Torre Tombo, após a extinção do convento. Não deixando de citar Frei Manuel dos Santos, segundo o qual “chamou-se o Mestre da obra Affonso Domingues, natural de Lx<sup>a</sup> na freguesia da Magdalena”<sup>20</sup>, Frei Francisco de S. Luís faz a primeira referência a uma das duas únicas provas documentais conhecidas, esta com data de 27 de Dezembro de 1402, da existência de Afonso Domingues como mestre da obra do mosteiro<sup>21</sup>. O rigor investigativo vai de par com a preocupação de afirmação dos valores nacionais, não salvaguardados, segundo o escritor, por Frei Luís de Sousa, nem por outros que o sucederam:

*Este silencio, ou descuido do chronista, e a ligeireza, e incerteza com que fallarão do assumpto outros alguns escriptores, junta com a estranha negligencia de nossos naturaes sobre as cousas da pátria, e com a latitude, que as palavras de Fr. Luiz de Souza parece darem a conjecturas e arbitrios, tem sido causa de que a presunção, e o orgulho estrangeiro se hajão arrogado a gloria da primeira traça, e lavor deste soberbo edificio, não apparecendo portuguez algum, que saia pelo credito da Nação, e havendo muitos, que ou por sobejo affecto ás cousas alhêas, ou por outros motivos ainda mais reprehensíveis, acquiescem facilmente a opiniões aventuradas com pouco fundamento, e sustentadas com menoscabo dos Portuguezes.*<sup>22</sup>

---

<sup>20</sup> SANTOS, Frei Manuel dos – *Monarchia lusitana*. Oitava parte, cap. 44, fls. 1109-1110, código do Fundo Alcobacense da Biblioteca Nacional de Portugal. Publicado, pela primeira vez, em 1729.

<sup>21</sup> O documento, guardado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Mosteiro da Batalha, lv. 4, doc. 142, foi publicado por VITERBO, Sousa – *Diccionario historico e documental dos architectos, engenheiros e constructores portuguezes*. Vol. I. Lisboa: Casa da Moeda – Imprensa Nacional, 1899, p. 288-289, e por GOMES, Saul António – *Fontes históricas e artísticas do mosteiro e da vila da Batalha* (séculos XIV a XVIII), vol. I, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2002, p. 57-58. Este autor fez notar que o ano será mais certamente o de 1401, uma vez que, nesse tempo, a contagem de um novo ano se iniciava a 25 de Dezembro.

<sup>22</sup> S. LUÍS, Frei Francisco de – *Memoria Historica sobre as Obras do Real Mosteiro de Santa Maria da Victoria*. In *Memorias da Academia Real das Sciencias*. T. X. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1827, p. 9-10.

As palavras do escritor respondem ao grande interesse de alguns antiquários ingleses no mosteiro da Batalha, durante a segunda metade do século XVIII, que levou, em particular, William Conyngham a incumbir o arquiteto James Murphy de realizar um extenso levantamento gráfico do edifício e de procurar provar a identidade inglesa do seu primeiro projetista<sup>23</sup>. Não lograria alcançar este último objetivo, o que o não impediu de divulgar as suas suposições sobre o assunto em *Travels in Portugal*, em 1795:

*According to the account of those who are supposed to have had their information from the records preserved in the Royal Archives of Lisbon, the name of the architect of the church was Stephen Stephenson, a native of England*<sup>24</sup>. *But the Fathers Cacegas and De Suisa [sic]*<sup>25</sup>, *who have written the History of Batalha with great accuracy, are silent on this head. They inform us, that the King, desirous of building a monastery superior to any in Europe, invited from distant countries the most celebrated architects that could be found. Now, as gothic architecture at that time flourished in England, it is not improbable that some of its artists might have embraced the invitation of so liberal a Prince, especially as his consort, Queen Philippa, a Princess endowed with many amiable qualities, was the eldest daughter of John of Gaunt, Duke of Lancaster, son of Edward the Third.*<sup>26</sup>

Talvez “aqueles que se julga terem tido a sua informação a partir dos documentos conservados no Real Arquivo de Lisboa” se refira a quem informou José Soares da Silva: no segundo volume das suas *Memórias para a historia de Portugal*, publicado em 1731, refere que “foi mestre della [da obra da Batalha] hum Irlandês, que então vivia em Vianna de Caminha, e se cha-

---

<sup>23</sup> Sobre este assunto, ver, entre outros, FREW, John; WALLACE, Carey – Thomas Pitt, Portugal and the gothic cult of Batalha. *The Burlington magazine*, vol. 128, n.º 1001 (Ago. 1986), p. 579-585.

<sup>24</sup> Por Ramalho Ortigão, ficamos a saber que, em 1845, Alexandre Herculano, o Visconde de Juromenha, com a ajuda de funcionários da Torre do Tombo procuraram em vão os documentos correspondentes, no intuito de satisfazerem a curiosidade do conde Raczyński; cf. ORTIGÃO, Ramalho – *O culto da arte em Portugal*. Lisboa: A. M. Pereira, 1896, p. 27.

<sup>25</sup> A *História de S. Domingos*, referida na nota 15, foi preparada por Frei Luís de Cácegas e redigida por Frei Luís de Sousa.

<sup>26</sup> MURPHY, James – *Travels...*, p. 44.

mava David Aquete, como traz Fr. Antonio de Madoreira, frade Dominicano, e insigne Genealogico, em humas memorias suas<sup>27</sup>. Não conseguimos localizar tais memórias. Porém, é possível intuir, como fez Frei Francisco de S. Luís, por trás do nome Aquete, o de Huguet, que aparece na documentação quatrocentista grafado em diversas variantes, com e sem “h” inicial, incluindo Abguete. José Soares da Silva pode muito bem tê-lo conhecido por via de um erudito dominicano que houvesse lido, no cartório conventual, algum dos vários documentos que se referem clara e alongadamente ao mestre construtor da Batalha, em particular duas bem conhecidas cartas de mercê de D. Duarte e duas outras de D. Afonso V que integram o processo judicial de destituição da viúva do arquiteto a favor do mosteiro. É também natural que o cronista não tenha resistido, à semelhança do que aconteceu com tantos outros (já vimos Murphy), a procurar uma explicação para a excecionalidade da obra na vinda de um artista com a corte do duque de Lancaster ou da sua filha. Nesse aspeto, Frei Luís de Sousa fora mais prudente, ao dizer que D. João I “chamou de longes terras os mais celebres Architectos, que se sabião<sup>28</sup>. Quase um século antes, em 1535, Cristóvão Acenheiro registara que, para a obra da Batalha

*Mãodou El Rei noteficar pelas partes de Espanha que tinha obra pera fazer de pedraria, que todos os Mestres que viesem que lhe daria sete anos que fazer e lhe pagaria a vinda e a yda de suas terras: e a esta notificação vierão muitos mestres de pedraria e grandes officiaes, e fizeram segundo dito he.*<sup>29</sup>

Como se pode ver, coexistem na cronística portuguesa, em época ainda anterior ao interesse britânico pela Batalha, dois tipos de teses: a de Acenheiro (1535) e Frei Luís de Sousa (1623), que assume a autoria de vários arquitetos, designadamente não portugueses, a de Frei Manuel dos Santos (1729) e a de José Soares da Silva (1731), que admitem um único arquiteto para toda a sua obra; porém, no primeiro caso, de nacionalidade portuguesa, e, no segundo, irlandesa. A ideia de um projeto de base, completado e ampliado após

<sup>27</sup> SILVA, José Soares da – *Memórias para a historia de Portugal, compreendendo o governo delrey D. João I*. T. II. Lisboa. Officina de Joseph Antonio da Silva, 1731, p. 535.

<sup>28</sup> SOUSA, Frei Luís de – Op. cit., p. 632.

<sup>29</sup> ACENHEIRO, Cristóvão – *Chronyca dos reis de Portugal: D. João I*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1824, p. 236-237.

a morte do primeiro mestre, aparece apenas com Frei Francisco de S. Luís, embora, ao referir o nome do "arquiteto da igreja", Murphy já tivesse notado que esse edifício não fora traçado pelo mesmo artista que outras dependências do mosteiro.

Regressando a Julia Pardoe, damos conta, pois, de que, no ano da sua visita, a identidade do primeiro arquiteto era já bem conhecida de quem a guiou pelo mosteiro. Frei Francisco de S. Luís assumira, tal como a maior parte dos historiadores que se lhe seguiram, até ao nosso tempo, que Afonso Domingues era defunto em 1402 (ou melhor, 1401, conforme se viu na nota 19), sem que o conteúdo da fonte o autorizasse. Assumiu igualmente que, nessa mesma data, fora substituído por Huguet, o qual figura, no documento correspondente, como testemunha. Apenas Sousa Viterbo e Jean-Marie Guillouët chamaram a atenção para um outro documento, de 1406, único a provar, segundo o último autor, que, nesta altura, o mestre construtor tinha já falecido, uma vez que nele é referida a viúva de Afonso Domingues<sup>30</sup>. Com base numa nova leitura conjunta dos documentos, Guillouët propôs a sobreposição dos dois mestres no estaleiro, entre 1402 e 1406, passando Huguet a mestre principal apenas na última das datas. Na verdade, sem esta sobreposição, compreendemos hoje que seria muito difícil explicar os compromissos e ruturas, bem como a incorporação de dados da tradição em projetos completamente novos, de que a obra de Huguet faz prova<sup>31</sup>. Percebemos, porém, desde já, por um lado, que o conhecimento público das referências a Afonso Domingues, baseadas, sem dúvida, nos documentos referidos, ainda que sem menção explícita, remonta à publicação da oitava parte da *Monarchia Lusitana*, por Frei Manuel dos Santos, em 1729, e, por outro lado, que esse conhecimento não teve qualquer eco na crítica subsequente do edifício da Batalha, até praticamente um século depois, altura em que Frei Francisco de S. Luís verdadeiramente inaugura o manifesto nacionalista sobre as origens da arquitetura do real mosteiro, ao arripio das pretensões britânicas, iniciadas com Thomas Pitt, aprofundadas e glosadas por James

---

<sup>30</sup> VITERBO, Sousa – Dicionário... Vol. I, p. 555; GUILLOUËT, Jean-Marie – *Le portail de Santa Maria da Vitória de Batalha et l'art européen de son temps : circulation des artistes et des formes dans l'Europe gothique/O Portal de Santa Maria da Vitória da Batalha e arte europeia do seu tempo : circulação dos artistas e das formas na Europa Gótica*. Leiria: Textiverso, 2011, p. 41-43.

<sup>31</sup> Sobre este aspeto ver, mais recentemente, REDOL, Pedro; JORGE, Orindo – O panteão régio da Batalha: propaganda, inovação e identidade (1415-1515). *Arqueologia e história. Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, vol. 69 (2017), p. 197.

Murphy e William Beckford. Esta reação coincide com os primeiros tempos do liberalismo em Portugal, de que, como é sabido, o filho da Ordem de S. Bento, mais tarde Cardeal Saraiva, foi um dos grandes paladinos. Com esse manifesto surge também o primeiro discurso sobre a história da construção do mosteiro da Batalha que se serviu de fontes escritas primárias e da metodologia para a crítica das mesmas que ainda hoje vigora. Porém, bem ao arrepio do romantismo goticizante, diz o historiador:

*Não he do nosso assumpto discutir qual fosse o verdadeiro character da architectura gothica, ou normano-gothica [nomenclatura aduzida por Murphy a respeito da Batalha] (...). Ainda menos nos pertence tratar a questão da inferioridade, ou preferencia desta architectura a respeito da grega, e romana. Faltão-nos conhecimentos da materia, e quando os tivéramos, a natureza do nosso trabalho não consentiria essa digressão.*<sup>32</sup>

Do seu assunto era, pois – e também nisto o trabalho foi pioneiro –, distinguir as fases de construção por reinados (ainda não por arquitetos) para afirmar que existiu um plano de base. Para tal, serviu-se não apenas da informação de arquivo mas ainda dos testemunhos epigráficos e heráldicos patentes no monumento; a análise estilística e arqueológica, que também está presente, é ainda incipiente. Relativamente à sala do capítulo, conclui apenas que, sendo obra do reinado de D. João I, o arquiteto representado na mísula sudeste só pode ser “algum dos mestres mais antigos”<sup>33</sup>.

### 3. Herculano e a sua narrativa

Não podemos ter a certeza de que Alexandre Herculano tenha lido a versão da lenda veiculada por Julia Pardoe, o que não seria de todo impossível (e, a acontecer, não deixaria certamente de o fazer repensar, ainda que por segundos, a sua anglofobia), mas é certo que conheceu não apenas a documentação publicada por Frei Francisco de S. Luís mas também as interpretações que da mesma este historiador fez. Ao reinventar a narrativa com o consabido objetivo de enaltecer valores patrióticos e de, por conseguinte,

---

<sup>32</sup> S. LUÍS, Frei Francisco de – *Memoria...*, nota (a), p. 22.

<sup>33</sup> IDEM, p. 28.



contribuir para a construção da estima colectiva, numa dimensão até então desconhecida entre nós, reclamando um novo género para a ficção portuguesa, o escritor pairou, com fina erudição crítica e um subtil sentido de ironia, acima do seu ofício de historiador. É destes dois aspetos que pretendemos agora dar conta.

Dia de Reis de 1401 e seguintes foi o tempo escolhido por Herculano para a sua narrativa, possivelmente com consciência diplomática da já anotada contagem dos anos a partir de 25 de Dezembro. No seu conto, aparece, pela primeira vez, Huguet como anti-herói que naturalmente permite amplificar, por contraste das suas fracas qualidades físicas e morais (que podem ser entendidas, *lato sensu*, como uma personificação das qualidades do povo britânico), a percepção das virtudes de Afonso Domingues, designadamente as de



modéstia (que não exclui a consciência do seu valor e competência), sobriedade, bravura nas armas em prol da nação e mestria na arte de construir, não delidas pela idade, nem pela cegueira, antes por elas confirmadas no porte do venerando mestre. Huguet, mais precisamente David Ouguet, é dado como irlandês, tendo vindo a Portugal enquanto cavaleiro do duque de Lencastre e chegado a mestre principal da Batalha com o favor da rainha D. Filipa, que o teria feito nomear após a cegueira de Afonso Domingues. É dado ainda como discípulo de William of Wykeham, numa alusão explícita e irónica à hipótese colocada a respeito da autoria do portal ocidental da Batalha por William Beckford, que aliás compara a nave da igreja portuguesa à da catedral de Winchester (mas também à de Amiens)<sup>34</sup>. De modo absolutamente espirituoso, acrescenta Herculano à apresentação de David Huguet que a informação correspondente foi:

*Tirada de uma velha crónica, que, em tempos antigos, esteve em Alcoçaba encadernada em um volume juntamente com os traslados*

<sup>34</sup> Beckford, William – *Recollections of an excursion to the monasteries of Alcoçaba and Batalha*. London: Richard Bentley, 1835, p. 82-83.

*autênticos das cortes de Lamego, do Juramento de Afonso Henriques sobre a aparição de Cristo, da Carta de Feudo a Claraval, das histórias de Laimundo e Beroso e de mais alguns papéis de igual veracidade e importância que, por pirraça às nossas glórias, provavelmente os Castelhanos nos levaram durante a dominação dos Filipes.*<sup>35</sup>

De facto, dizer que os documentos possuem veracidade comparável à daqueles que refere, indicados ou até forjados pelos cronistas alcobacenses pró-restauração ou pós-restauracionistas que escreveram na *Monarchia Lusitana*, designadamente Frei Bernardo de Brito e Frei Manuel dos Santos, todos desacreditados pelo próprio Herculano, equivale a afirmar que não têm qualquer credibilidade, ou melhor, que nem sequer existiram. É curioso não ter sido anteriormente notada, tanto quanto sabemos, a paródia que o escritor se permite, neste ponto. Todavia, ela é, por um lado, significativa da independência que o ficcionista se arroga face ao historiador, na sua diatribe contra o estrangeiro e no elogio dos valores pátrios, e, por outro lado, da presença deste em plano de fundo. Por ser relevante esta porta que o escritor abre ao livre arbítrio, citamos o outro passo em que, abeirando-se Afonso Domingues da conclusão da sua abóbada, diz:

*Quatro meses certos se contavam nesse dia [7 de Maio de 1401] depois daquelle em que, n'uma das quadras do aposento real do mosteiro da Batalha, se passara a scena que no antecedente capítulo narrámos [as instâncias de D. João I para que Afonso Domingues reerguesse a abóbada], e que extrahimos do famoso manuscrito mencionado no capítulo II [anteriormente citado], com aquella profundidade e verdade, com que o grande cronista Fr. Bernardo de Brito citava só documentos innegaveis e autores certíssimos e com aquella imparcialidade e exactão, com que o philosopho de Ferney referia e avaliava os factos em que podia interessar a religião christan.*<sup>36</sup>

É na ideia de um plano geral para o mosteiro da Batalha, do tempo da sua fundação e do seu primeiro arquiteto, que radica a circunstância de uma casa capitular por concluir. Mesmo antes de mostrar ao rei as obras desta, ao

---

<sup>35</sup> HERCULANO, Alexandre – *Lendas e Narrativas*. Lisboa: Viúva Bertrand e Filhos, 1851. p. 248-249.

<sup>36</sup> IDEM, p. 289.

passar pelo claustro correspondente, Huguet comunica-lhe: "seguiu-se á risca nesta parte (...) o desenho geral do edificio, feito por mestre Affonso Domingues; porque seria grave erro destruir a harmonia desta peça"<sup>37</sup>. E, na verdade, a crítica estilística de pormenor realizada por Vergílio Correia, apenas em 1929<sup>38</sup>, ainda que já esboçada por Reynaldo dos Santos, dois anos antes<sup>39</sup>, viria a atribuir a Huguet as galerias norte e poente, que num primeiro relance se assemelham às duas restantes. A iniciativa de construir uma abóbada mais arrojada para o capítulo, sem consultar Afonso Domingues é considerada uma ousadia desmedida, uma desconsideração e uma imprudência, às quais o velho mestre acaba por ser chamado a pôr cobro, chefiando, mesmo já sem ver, a reconstrução (na narrativa de Herculano, verifica-se apenas uma derrocada), de acordo com o projeto, de menor flecha, do ancião, dado anteriormente, por Huguet, como tecnicamente inexequível. Não podemos deixar de notar aqui uma certa liberalidade por parte do escritor em relação às subtilezas de fundo histórico de que habitualmente se serve, ao admitir que qualquer alteração a uma obra de tal natureza pudesse efetivar-se sem a aprovação prévia do rei e dos seus oficiais na administração da mesma.

Lembrando o que por outros foi repetidas vezes dito – julgamos, porém, que sem prejuízo para a economia da nossa exposição –, o mosteiro da Batalha é, nas palavras que Herculano dá a Afonso Domingues, alegoria de um povo emancipado e autossuficiente, inconcebível sem "a luz do amor da pátria":

*Para entender o pensamento do mosteiro de Santa Maria da Vitória, cumpre ser portuguez; cumpre ter vivido com a revolução que poz no throno o Mestre d'Aviz; ter tumultuado com o povo defronte dos paços da adultera; ter pelejado nos muros de Lisboa; ter vencido em Aljubarrota. Não é este edificio uma obra de reis, ainda que por um rei me fosse encomendado seu desenho e edificação, mas nacional, mas popular, mas da gente portugueza que disse: não seremos servos do estrangeiro, e que provou seu dicto. Mestre Ouguet, escolar na sociedade dos irmãos obreiros, trabalhou nas sés de Inglater-*

---

<sup>37</sup> IDEM, p. 249.

<sup>38</sup> CORREIA, Vergílio – *Estudo historico-artistico-arqueologico do mosteiro da Batalha*. Vol. I. Lisboa: Litografia Nacional, 1929, p. 43-44.

<sup>39</sup> SANTOS, Reynaldo dos – *Guia de Portugal: Estremadura, Alentejo e Algarve*. Vol. II. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1927, p. 675-677.

*ra, de França e de Alemanha: ahi subiu ao gráu de mestre; mas a sua alma não é aquecida á luz do amor da pátria; nem, que o fosse, é para elle pátria esta terra portugueza.*<sup>40</sup>

A atitude hostil ao outro, não português, é uma constante ao longo do conto, passando, todavia, para segundo plano face a momentos de grande pungência emocional, em particular o passo em que o rei pede ao velho mestre para reerguer a abóbada à sua maneira, furtando-se-lhe ele com orgulho de velho cavaleiro. E é de virtuosos guerreiros e companheiros de batalha, a partir daí, o seu diálogo, que comove os menos sensíveis, exatamente da mesma maneira que ainda hoje o logram, por exemplo, e só para citar os mais flagrantes, tantos dos diálogos que conhecemos dos poemas homéricos, ainda que convivam, lado a lado, com a violência mais atroz – ou por essa mesma razão. Pensamos ser esta a chave para o sucesso imorredouro do conto, que é, ele também, épico, atingindo o clímax numa apoteose de morte que converte o protagonista em herói e reforça a sacralidade do lugar, à maneira de transposição de um mito clássico para o imaginário neogótico: o velho mestre e cavaleiro fizera o voto de permanecer sobre um bloco de pedra por baixo do fecho da abóbada, durante três dias, sem comer nem beber, assim que os cimbres tivessem sido retirados, acabando por expirar, ao fim desse tempo, com as palavras “a abóbada não caiu...a abóbada não cairá!”<sup>41</sup>. Nos preparativos para a retirada dos cimbres, a tensão da narrativa aumenta com a expectativa da multidão de populares que, atravessada pelo angustiado e suplicante cortejo de prisioneiros de guerra, castelhanos e outros, acorre para assistir a um grande prodígio ou a uma grande desgraça. D. João I, que ali se encontrava, prodigaliza boas palavras a Brites de Almeida, a lendária padeira de Aljubarrota. É, enfim, essa a oportunidade derradeira que se oferece a Mestre Afonso Domingues para apresentar Martim Vasques ao rei: “o melhor oficial de pedraria que eu conheço; o homem que, com mais alguns anos de experiencia, será capaz de continuar dignamente a série dos architectos portuguezes”<sup>42</sup>. Desta série, dada a conhecer, como vimos, por Frei Francisco de S. Luís, faz parte também o então ainda pequeno Fernão de Évora, sobrinho de Martim Vasques, que, pela mão, vai guiando o mestre

---

<sup>40</sup> HERCULANO, Alexandre, *Lendas...*, p. 209-210.

<sup>41</sup> IDEM, p. 305.

<sup>42</sup> IDEM, p. 297-298.

cego. A pronúncia do voto fatal é igualmente o momento em que a Huguet é dado o seu lugar na obra por quem de direito – Afonso Domingues:

*«– Esperae , esperae!» – bradou elrei. – «Estaes louco dom cavalleiro? Quem, se vós morrerdes, continuará esta fabrica tão fermosa filha de vosso engenho?»*

*«Mestre Ouguet:» - tornou o cégo, parando. – «Não sou tão vil que negue seu saber e habilidade: se a abóbada desabar segunda vez, ninguém no mundo é capaz de a fechar com uma só volta, e para a firmar sobre uma columna erguida no centro, mestre Ouguet o fará. Quanto ao resto do edificio, fazei senhor rei que se prossiga meu desenho: é o que ora vos peço tão sómente.»<sup>43</sup>*

Neste e noutros aspetos, *A abóbada* revela-se, mais do que ambígua, subtilmente rica de compromissos como a própria realidade. Sobre esse pano de fundo, ergue-se a apologia didática, a todos destinada, da honra, da glória e da liberdade, pois nas lanças de Aljubarrota estava escrito “os *vassallos portuguezes são livres*”<sup>44</sup>. Os valores da cavalaria medieval sobrelevam os da política, como se conclui, no fim da história, ao lembramos as palavras de João das Regras, quando D. João I lhe pede para dar conta à rainha do afastamento temporário de Huguet: “bem trabalho para fazer do Mestre de Aviz um rei; mas sahe-me sempre cavalleiro andante”<sup>45</sup>. É, porém, implícito que não se pode prescindir da política, nem do seu ajustamento às conveniências, pouco consentâneo com a virtude. Tão-pouco perde o escritor a oportunidade de censurar uma Igreja supersticiosa e manipuladora, quando Frei Joane julga que Huguet, ao irromper igreja adentro, desvairado pela queda iminente da sua abóbada, enquanto se representava o auto, estava possuído pelo demónio e devia ser objecto de exorcismo, explicando: “este e outros raciocínios, hoje ridículos, mas, segundo as ideias daquela época, bem fundados e correntes, fazia o reverendo padre-procurador”<sup>46</sup>. Por fim, ao falar dos presos que foram levados a desmontar os cimbres na sala do capítulo, tem ainda o ensejo de lembrar a eterna desumanidade da guerra: “as guerras entre Por-

---

<sup>43</sup> IDEM, p. 300-301

<sup>44</sup> IDEM, p. 281.

<sup>45</sup> IDEM, p. 286.

<sup>46</sup> IDEM, p. 265.

tugal e Castella assemelhavam-se ás guerras civis de hoje: para vencidos não havia caridade, nem justiça, nem humanidade”<sup>47</sup>. A despeito da manipulação cirúrgica da história com fins de recuperação/edificação de uma consciência nacional, entendida como fonte e possibilidade de autossuficiência absoluta, apenas compreensível à luz do seu tempo, “A abóbada” dá, como acabámos de ver, diversos sinais da moderação liberal herculaniana.

Subtileza, jogo de espelhos e complexidade intelectual, subjacentes a uma narrativa aparentemente simples, são, porém, os mais distintos apanágios do conto. Para aqueles que conhecem a tradição da queda da abóbada por duas vezes, fica a questão: terá ela caído de novo? Talvez não, porque não existe nenhuma coluna no meio! Até este pormenor é revelador da desafiante extensão do saber do seu autor – várias abóbadas góticas e salas capitulares inglesas exibem este tipo de solução, designadamente a da abadia de Westminster, em Londres, e as das catedrais de Wells e Salisbúria.

Digna de nota, ainda, é a perspetiva do escritor sobre a arte religiosa ulterior à Idade Média, quando, a propósito dos obreiros que fazia falta mandar vir de Guimarães, para onde tinham sido despachados por Huguet, clama: “Santa Maria da Oliveira, hoje desaportuguezada e caiada e dourada e mutilada pelo mais bárbaro abuso da riqueza e da ignorância clerical”<sup>48</sup>. Esta ideia fará profícua carreira, como é sobejamente sabido, na política portuguesa de monumentos nacionais, *grosso modo* durante o segundo terço do século XX.

---

<sup>47</sup> IDEM, p. 298.

<sup>48</sup> IDEM, p. 289.